

## GT 3: CIÊNCIAS CRIMINAIS E DIREITO PROCESSUAL PENAL

### LEI MARIA DA PENHA: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO FEMINICÍDIO.

**Camila Virissimo Rodrigues da Silva Moreira**

Docente, UniFatecie, camila.moreira@fatecie.edu.br

**GEOVANA FERNANDES AVELINO**

Estudante, UniFatecie, fernandesgeovana1234@gmail.com

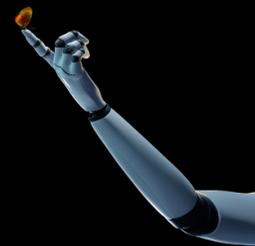
#### INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem como intuito apresentar sobre a Lei Maria da Penha e os desafios da implementação de medidas protetivas e quais implicações esses desafios tem no feminicídio. A Lei Maria da Penha, por mais que pareça ser uma lei que já vem sendo implementada a muitos anos, é considerada relativamente recente considerando todas as situações passadas pelas mulheres ao longo de tantas décadas. Sabemos que a mulher, na grande maioria das vezes, sempre foi vista como um “ser inferior” que estava ali apenas para obedecer ao cônjuge, cuidar dos afazeres do lar e dos filhos. A posição das mulheres perante a sociedade durante muitos anos foi de inferioridade e, hoje em dia, ainda vemos os resquícios desses comportamentos arcaicos.

A Lei surgiu com o intuito de combater as situações recorrentes de violência contra a mulher no Brasil, trazendo proteção às vítimas de violência frente aos seus agressores, como por exemplo, a proibição de contato da mulher com o agressor. Portanto, mesmo que a letra de lei se mostra eficiente, ainda há diversos impasses que o judiciário enfrenta para a aplicabilidade delas, principalmente perante as medidas protetivas. Eis que não há, de fato, uma fiscalização direta sobre o agressor para que seja possível evitar que ele se aproxime da vítima. A única “proteção” que a mulher tem é a medida, mas apenas o que está escrito no papel não é suficiente para que a tentativa de contato do agressor com a vítima não aconteça.

Frente a dificuldade e falta de fiscalização eficiente para que se cumpra e medida data, conseqüentemente, faz-se com que o agressor consiga facilmente entrar em contato com a vítima, seja por qualquer meio, mas o pior deles: a aproximação física que, na maioria das vezes, acaba resultando em mais agressões e chegando ao extremo que é o assassinato daquela mulher.

O estudo e compreensão deste tema é estritamente necessário para que a sociedade se conscientize mais sobre isso, em principal, o judiciário e o legislativo para que se atentem a melhora de políticas para que a aplicabilidade da medida protetiva ocorra de maneira mais eficaz. Desse modo, o objetivo do trabalho é apresentar aspectos importantes para debates do tema. O fato de ainda não haver nenhuma resposta concreta de como e quando será pensado em melhorias para eficácia da aplicabilidade das medidas protetivas evitando-se o feminicídio dificulta chegar em uma conclusão exata.



**PROBLEMA DE PESQUISA:** A problemática da pesquisa se encontra em peso sobre os desafios que são enfrentados na aplicabilidade das medidas protetivas e quais são suas implicações no feminicídio. Apesar da promulgação da Lei Maria da Penha, o feminicídio ainda continua sendo uma dura realidade preocupante no Brasil. Por esse motivo, esse estudo investiga e busca respostas a respeito dos desafios enfrentados na implementação das medidas protetivas e qual sua relação com o feminicídio. Alguns desses questionamentos centrais incluem: quais obstáculos são encontrados na fiscalização e aplicação das medidas protetivas por parte das autoridades? Qual a relação desses obstáculos com os casos crescentes de feminicídio?

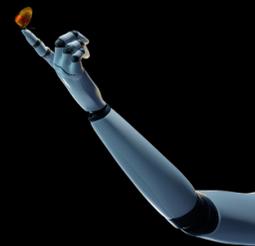
**OBJETIVO:** Os objetivos da pesquisa é trazer fontes e informações relevantes de quais são os desafios enfrentados na aplicabilidade e eficácia das medidas protetivas frente aos casos de feminicídio que estão em constante aumento. O objetivo geral a ser buscado pela pesquisa é o de conscientizar o leitor a buscar mais sobre o tema, compreender qual a relevância de levantar essa pauta até as autoridades e como isso impacta diretamente nos casos de feminicídio. Como objetivo específico, a pesquisa busca trazer quais são os desafios principais que se encontram na implementação das medidas protetivas e o impacto que isso gera na vida das mulheres vítimas de violência doméstica.

**MÉTODOLOGIA:** A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa se voltou a pesquisa bibliográfica, com o intuito de reunir as percepções de diferentes autores e ser formada uma convicção para a redação dessa pesquisa de forma clara e objetiva, para que o assunto seja explícito a modo que o entendimento seja mais compreensível sem grande necessidade de interpretação de conexão entre dizeres técnicos. Os materiais utilizados na pesquisa bibliográfica foram baseados em doutrinas que trazem estudos sobre o assunto, artigos científicos e site de notícias para que fosse possível basear e compreender em qual situação o Brasil se encontra no número de feminicídios.

**RESULTADOS ALCANÇADOS:** Campos (2015) diz que os desafios para que a lei consiga cumprir seus objetivos e ter sua aplicação segundo suas prescrições, mesmo após anos, ainda persistem conforme a identificação a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. De acordo com as pesquisas realizadas, foi possível compreender que os desafios enfrentados para a aplicabilidade das medidas protetivas e as suas implicações no feminicídio são voltadas a resistência da vítima denunciar o ocorrido; falta de capacitação de profissionais que, muitos, ainda não estão devidamente preparados para lidar com situações de violência contra a mulher o que causa receio dessas mulheres buscarem as autoridades; ter-se a cultura de baixa responsabilização de impunidade dos agressores.

Bernardes, et al (2023) menciona que a implementação efetiva das políticas específicas do enfrentamento da violência contra a mulher é desafiadora e o feminicídio tem destaque nas formas mais letais de violência contra a mulher.

Devido a cultura de impunidade e falta de fiscalização da efetiva da aplicabilidade das medidas protetivas, é gerado diversos impactos negativos na vida das mulheres que dependem dessas medidas para se sentirem seguras, pois, mesmo com elas, ainda não há a garantia que o agressor não possa se aproximar, pois não há fiscalização direta das autoridades.



**FONTES FINANCIADORAS:** Trabalho financiado pela UniFatecie no PIC Programa de Iniciação Científica

## REFERÊNCIAS:

BERNARDES, Emilly Pereira. COSTA, Yohana Caroline. Serviço Social Em Delegacias Especializadas De Atendimento À Mulher E O Desafio Do Femicídio No Brasil: Uma Análise Crítica Da Ineficácia Das Medidas Protetivas. Revista Direito, vol. 28, n. 128, p. 1-19, nov, 2023. Disponível em: <https://revistafat.com.br/servico-social-em-delegacias-especializadas-de-atendimento-a-mulher-e-o-desafio-do-femicidio-no-brasil-uma-analise-critica-da-ineficacia-das-medidas-protetivas/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

CAMPOS, Carmen Hein de. Desafios na Implementação da Lei Maria da Penha. Revista Direito Gv, São Paulo, vol. 11, n. 2, p. 391-406, jul/dez, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/gMFCnKzQdJzX3hLv7pPdKf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FERREIRA, Cecilia da Silva Ribeira. A violência Doméstica Contra a Mulher e os Desafios da Aplicação das Medidas Protetivas, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-violencia-domestica-contra-a-mulher-e-os-desafios-da-aplicacao-das-medidas-protetivas/1247961090>. Acesso em: 19 abr. 2024.

JESUS, Damásio Evangelista de. Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006, 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502616028. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502616028/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

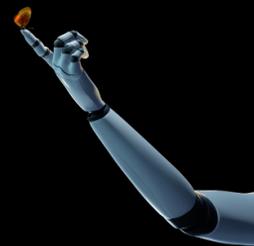
MESSA, Ana F.; CALHEIROS, Maria Clara da C. Violência contra a Mulher. São Paulo: Grupo Almedina, 2023. E-book. ISBN 9786556279381. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556279381/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

NUCCI, Guilherme de S. Curso de Direito Penal: Parte Geral: arts. 1º a 120. v.1. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559646852. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646852/>. Acesso em: 19 abr. 2024.



# VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E NOVOS PARADIGMAS

20A22MAIO2024



---

Anais Eletrônicos do VI Congresso Internacional de Direitos Humanos e Novos Paradigmas

ISSN: 2965-5560

UNIFATECIE · DIREITO | PARANAÍ · PARANÁ · BRASIL